

# Revisão com Resolução de Questões

## Concurso de ADVOGADO DA UNIÃO

**Dirley da Cunha Júnior**

**Juiz Federal e Professor**



***Fanpage do Facebook: Dirley da Cunha Júnior***

***E-mail: [dirleyvictor@uol.com.br](mailto:dirleyvictor@uol.com.br)***

# Teoria da Constituição – Classificação das Constituições

As Constituições podem ser classificadas segundo:

1) o conteúdo (material e formal)

2) a forma (escrita e não escrita)

3) a origem (democrática e outorgada)

4) a estabilidade (imutável, fixa, rígida, flexível e semirrígida ou semiflexível)

5) a extensão (sintética e analítica)

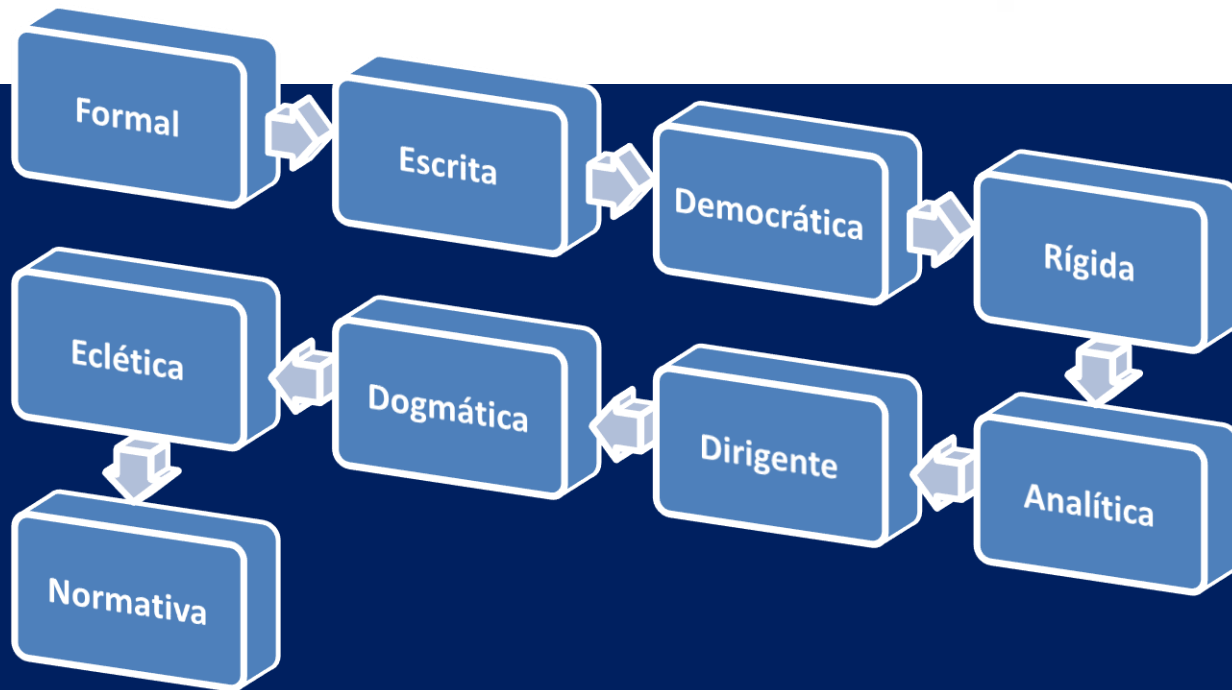
6) a finalidade (garantia e dirigente)

7) ao modo de elaboração (dogmática e histórica)

8) a ideologia (ortodoxa e eclética)

9) ao ser (normativa, nominal e semântica)

# Classificação da Constituição Brasileira de 1988



# Teoria da Constituição – Estrutura da Constituição



# Teoria da Constituição

## **PROVA AGU 2013/CESPE (QUESTÕES DE CERTO OU ERRADO)**

Considerando o entendimento prevalecente na doutrina e na jurisprudência do STF sobre o preâmbulo constitucional e as disposições constitucionais transitórias, julgue os itens seguintes.

1. As disposições constitucionais transitórias são normas de eficácia exaurida e aplicabilidade esgotada. Por serem hierarquicamente inferiores às normas inscritas no texto básico da CF, elas não são consideradas normas cogentes e não possuem eficácia imediata.
2. A jurisprudência do STF considera que o preâmbulo da CF não tem valor normativo. Desprovido de força cogente, ele não é considerado parâmetro para declarar a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade normativa.

# Teoria da Constituição

## PROVA AGU 2012/CESPE (QUESTOES DE CERTO OU ERRADO).

No que se refere ao conceito e à classificação das constituições bem como das normas constitucionais, julgue os itens que se seguem.

**3.** De acordo com o critério da função exercida pela norma constitucional, considera-se impositiva a regra que veda a imposição de sanção penal ao indivíduo no caso de inexistir lei anterior que defina como crime conduta por ele praticada.

**4.** Consoante a concepção moderna de constituição material, ou substancial, o texto constitucional trata da normatização de aspectos essenciais vinculados às conexões das pessoas com os poderes públicos, não abrangendo os fatores relacionados ao contato das pessoas e dos grupos sociais entre si.

Julgue o item seguinte, a respeito do ADCT.

**5.** Dada a natureza jurídica das normas prescritas no ADCT, por meio delas podem ser estabelecidas exceções às regras constantes no corpo principal da CF.

# Teoria da Constituição

## PROVA AGU 2007 (Procurador Federal)/CESPE (QUESTÕES DE CERTO OU ERRADO)

Um partido político ajuizou ação direta de inconstitucionalidade devido à omissão da expressão “sob a proteção de Deus” do preâmbulo da Constituição de determinado estado da Federação. Para tanto, o partido alegou que o preâmbulo da CF é um ato normativo de supremo princípio básico com conteúdo programático e de absorção compulsória pelos estados, que o seu preâmbulo integra o texto constitucional e que suas disposições têm verdadeiro valor jurídico.

A partir dessa situação hipotética, julgue os próximos itens.

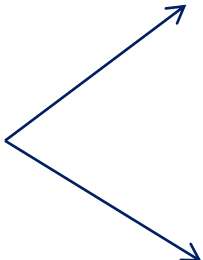
6. A invocação a Deus, presente no preâmbulo da CF, reflete um sentimento religioso, o que não enfraquece o fato de o Estado brasileiro ser laico, ou seja, um Estado em que há liberdade de consciência e de crença, onde ninguém é privado de direitos por motivo de crença religiosa ou convicção filosófica.
7. O preâmbulo constitucional possui destacada relevância jurídica, situando-se no âmbito do direito e não simplesmente no domínio da política.
8. O preâmbulo da CF é norma central de reprodução obrigatória na Constituição do referido estado-membro.

# Poder Constituinte

## Espécies de Poder Constituinte

► Poder Constituinte **Originário**: Elabora a Constituição por meio da Assembleia Nacional Constituinte.

► Poder Constituinte **Derivado**



**Reformador:** Altera a Constituição Federal por meio das EC's (CF, art. 60). Pelo Congresso Nacional

**Decorrente:** Elabora e altera as Constituições dos Estados e do DF (CF, art. 25; ADCT, art. 11). Pelas Assembleias Legislativas



## Características do Poder Constituinte

### Poder Constituinte **Originário**

- Inicial
- Autônomo
- Ilimitado
- Incondicionado
- Permanente

### Poder Constituinte **Derivado**

- Secundário
- Dependente
- Limitado
- Condicionado
- Temporário

## Limitações do Poder Constituinte

- ▶ Limitações **Temporais**
- ▶ Limitações **Circunstanciais** (CF, art. 60, § 1º)

“Art. 60, § 1º: A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio”

# Limitações do Poder Constituinte

## ► Limitações **Materiais** ou **Substanciais**

→ **Explícitas** (CF, art. 60, § 4º) – **Cláusulas Pétreas**

“§ 4º - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.”

→ **Implícitas**

# Limitações do Poder Constituinte

► Limitações **Procedimentais** ou **Formais** (CF, art. 60, §§ 2º, 3º e § 5º)

“§ 2º - A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.”

“§ 3º - A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.”

“§ 5º - A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.”

# Processo Legislativo de Emenda à Constituição

## 1ª Fase: Apresentação da proposta de emenda à Constituição (PEC)

Art. 60

- → 1/3 dos Deputados Federais, ou
- → 1/3 dos Senadores, ou
- → Presidente da República, ou
- → Mais da ½ das Assembleias Legislativas das unidades da Federação

## 2ª Fase: Discussão e Votação da PEC

Art. 60, § 2º

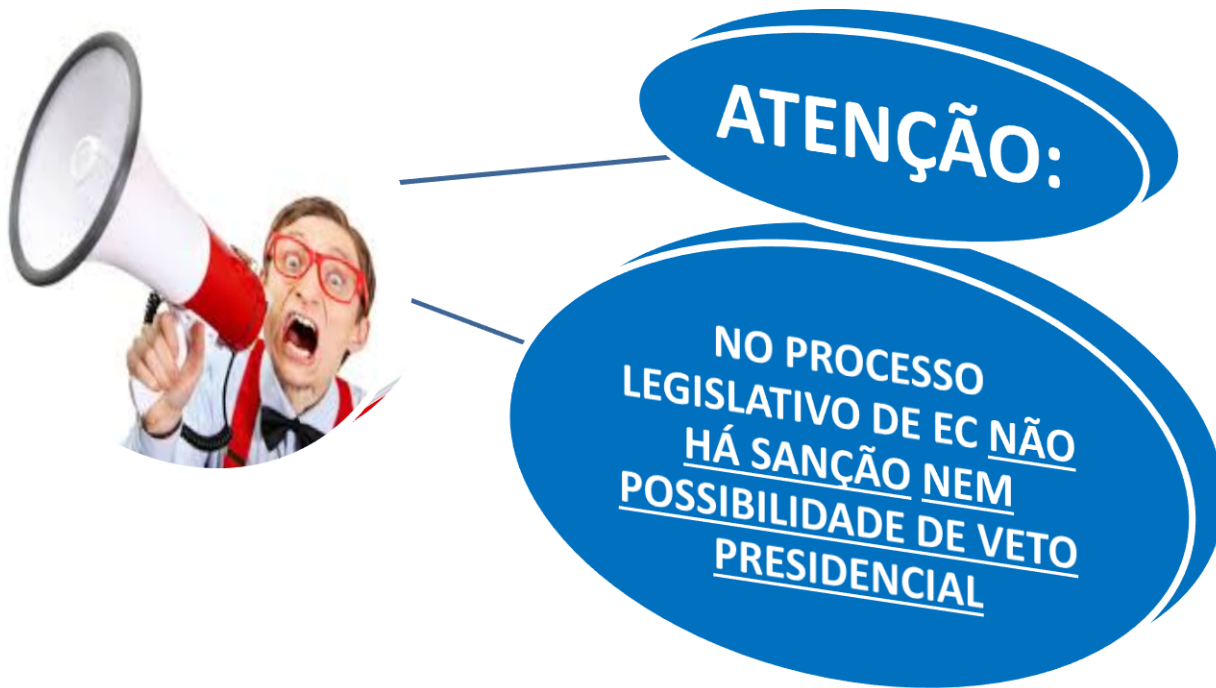
- → **Câmara dos Deputados**
  - 1º turno – 3/5
  - 2º turno – 3/5
- → **Senado Federal**
  - 1º turno – 3/5
  - 2º turno – 3/5

## 3ª Fase: Promulgação e publicação da Emenda Constitucional

Art. 60, § 3º

- → A EC será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem

# Processo Legislativo de Emenda à Constituição



# Poder Constituinte

## PROVA AGU 2012/CESPE (QUESTOES DE CERTO OU ERRADO).

A respeito das disposições constitucionais transitórias, da hermenêutica constitucional e do poder constituinte, julgue os itens subsequentes.

1. De acordo com o denominado método da tópica, sendo a constituição a representação do sistema cultural e de valores de um povo, sujeito a flutuações, a interpretação constitucional deve ser elástica e flexível.
2. O poder constituinte de reforma não pode criar cláusulas pétreas, apesar de lhe ser facultado ampliar o catálogo dos direitos fundamentais criado pelo poder constituinte originário.
3. O sistema constitucional brasileiro não admite a denominada cláusula pétrea implícita, estando as limitações materiais ao poder de reforma exaustivamente enumeradas na CF.
4. Pelo poder constituinte de reforma, assim como pelo poder constituinte originário, podem ser inseridas normas no ADCT, admitindo-se, em ambas as hipóteses, a incidência do controle de constitucionalidade.

# Poder Constituinte

## PROVA AGU 2002/CESPE (QUESTÕES DE CERTO OU ERRADO)

Após longa e intensa luta revolucionária, liderada por Carlos Magno, proclamou-se a independência de uma área territorial, denominada até então Favela da Borboleta, e de seus habitantes em relação a um Estado soberano da América Latina. Carlos, imediatamente, convocou eleições, entre os habitantes da favela, visando à escolha de quinze membros da comunidade para compor uma Assembleia Constituinte, cuja função era elaborar o texto da Constituição da República Federativa das Borboletas. Tal constituição foi, então, elaborada e continha regras referentes à organização política e administrativa do novo Estado, bem como as regras garantidoras das liberdades fundamentais de seus habitantes. Entre as regras de organização, previu-se a divisão do território em três estados-membros com constituições próprias, a serem elaboradas segundo os princípios da constituição maior. Previu-se, também, a possibilidade de revisão da Constituição da República das Borboletas, por procedimento especial distinto do da legislação ordinária, ficando vedada a revisão na hipótese de decretação de estado de sítio ou de defesa, bem como em determinadas matérias referentes às liberdades fundamentais dos membros da comunidade.

Considerando a situação hipotética descrita no texto acima e a doutrina constitucional, julgue os itens a seguir.

5. O poder que constituiu a República Federativa das Borboletas pode ser considerado poder constituinte originário.



# Poder Constituinte

## PROVA AGU 2002/CESPE (QUESTÕES DE CERTO OU ERRADO)

6. O poder constituinte originário tem como características fundamentais ser inicial, limitado e incondicionado.
7. A Constituição da República Federativa das Borboletas pode ser considerada uma constituição escrita e flexível, uma vez que admite a revisão de seu texto em situações determinadas.
8. A assembleia que elaborou a Constituição da República Federativa das Borboletas detinha a titularidade e o exercício do poder constituinte, que lhe foram conferidos por Carlos Magno.
9. A Constituição da República Federativa das Borboletas impõe ao poder constituinte derivado limitações circunstanciais e materiais, mas não temporais.

# Poder Constituinte

## PROVA AGU 2002/CESPE (QUESTÕES DE CERTO OU ERRADO)

Ainda considerando a situação hipotética descrita no texto acima e a doutrina constitucional, julgue os itens abaixo.

- 10.** O processo usado por Carlos Magno para positivar a Constituição da República Federativa das Borboletas foi a outorga, tendo em vista a sua origem revolucionária.
- 11.** Em sentido jurídico, revolução é o rompimento de uma ordem jurídico-constitucional, que retira a eficácia de uma constituição em vigor, abrindo caminho ao poder constituinte originário para implantar uma nova constituição.
- 12.** Com base na doutrina constitucional, com a publicação da Constituição da República Federativa das Borboletas, extingue-se o poder constituinte originário que lhe deu vida, passando a regência do Estado às mãos do poder constituído.
- 13.** A Constituição da República Federativa das Borboletas previu, no seu texto, tanto manifestações do poder constituinte derivado reformador quanto do poder constituinte derivado decorrente.
- 14.** Do reconhecimento de um poder constituinte originário decorre a ideia de supremacia constitucional e, do reconhecimento desta, o imperativo do controle de constitucionalidade.

# Poder Constituinte

**15. (PFN 2007/ESAF).** Levando-se em conta temas relacionados a “Poder Constituinte”, “Reforma Constitucional”, “Cláusulas Pétreas” e “Processo Legislativo” assinale a única das opções abaixo que contém formulações, disposições, proposições ou afirmações totalmente corretas.

A) (1) A emenda à Constituição, uma vez aprovada, é promulgada pela Mesa do Congresso Nacional;  
(2) “poder constituinte derivado” não significa o mesmo que “poder constituinte decorrente”;  
(3) o art. 60, §4º, da C. F. é o dispositivo constitucional que contém a chamada “cláusula pétrea”;  
(4) quando se trata do poder de reforma de qualquer texto constitucional tem-se em consideração uma constituição rígida;  
(5) está-se diante do poder constituinte originário quando as normas constitucionais que este elabora e aprova não precisam retirar seu fundamento de validade de um poder ou estatuto jurídico que lhe seja anterior e superior, como ocorre no processo de produção e de aprovação de normas infraconstitucionais.

B) (1) As limitações materiais ao poder de reforma são aquelas que estão, exclusiva e exaustivamente, elencadas no art. 60, §4º, da C. F., que é o dispositivo que contém a “cláusula pétrea” ou de imutabilidade;  
(2) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta: de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; do Presidente da República; e de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros;  
(3) A Constituição de 1988 pode ser classificada como, parcialmente, rígida e, parcialmente, flexível;  
(4) direitos previstos em tratados internacionais, desde que aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, por três quintos dos votos dos respectivos membros são equivalentes a emendas constitucionais;  
(5) o direito adquirido é oponível à Constituição.

- C) (1) “Poder constituinte derivado” não significa o mesmo que “poder constituinte decorrente”;  
(2) “cláusula pétrea” significa um limite que a Constituição estabelece ao poder constituinte de reforma;  
(3) uma proposta de emenda à Constituição que objetive extinguir o direito de voto dos analfabetos não será objeto de deliberação, porque tenderá a abolir a cláusula pétrea que protege o direito ao voto direto, secreto, universal e periódico;  
(4) a proposta (de emenda à Constituição) será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros;  
(5) não há direito adquirido contra a Constituição.

- D) (1) Em princípio, o poder constituinte de reforma não pode criar “cláusulas pétreas”; somente o poder constituinte originário pode fazê-lo;  
(2) é inadmissível deliberação de proposta de emenda à Constituição tendente a abolir a forma federativa do Estado brasileiro;  
(3) os direitos e garantias individuais são imunes ao processo de mutabilidade constitucional;  
(4) é admissível haver direito adquirido contra a Constituição;  
(5) a matéria constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

- E) (1) Chama-se “poder constituinte derivado” ou “poder constituinte decorrente” a prerrogativa de membros do Congresso Nacional de alterar a Constituição Federal, mediante a modalidade do processo legislativo brasileiro denominada emenda à Constituição;  
(2) a Constituição Federal brasileira se enquadra, totalmente, no tipo de classificação dito “constituição rígida”;  
(3) os princípios que o constituinte originário denominou de fundamentais, previstos no Título I da C. F., podem ser considerados “cláusulas pétreas implícitas”;  
(4) não há direito adquirido oponível à Constituição;  
(5) além das emendas à Constituição, as leis complementares, as leis ordinárias, as leis delegadas e as medidas provisórias são as modalidades normativas que integram, exclusivamente, o elenco previsto no processo legislativo brasileiro, conforme o disposto no art. 59 da CF.

# Controle de Constitucionalidade na CF/88

## - Modelo Misto -

### Controle *Difuso-Concreto-Incidental*

- Todo **Juiz** ou **Tribunal**
- Em caso **concreto**: ação ou recurso (por via de exceção ou defesa), como argumento de defesa
- Decisão com **efeitos inter partes**

### Controle *Concentrado-Abstrato-Principal*

- Só o **STF** (garantia da CF) ou **TJ's** dos Estados e do DF (garantia da CE)
- **Abstratamente**: Ações Diretas (ADI, ADO, ADC, ADPF), como pedido principal
- Decisão com **efeitos erga omnes**

# Controle de Constitucionalidade

## PROVA AGU 2013/CESPE (QUESTÕES DE CERTO OU ERRADO)

Com referência à declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto e à interpretação conforme a Constituição, julgue os itens consecutivos.

1. Na ação direta de inconstitucionalidade por omissão, a legitimidade passiva restringe-se ao Poder Legislativo inadimplente, ao qual será estipulado prazo para adotar as providências cabíveis no sentido de suprir a omissão.
2. A declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto, assim como a interpretação conforme a Constituição, apresenta eficácia erga omnes e efeito vinculante relativamente aos órgãos do Poder Judiciário e à administração pública federal, estadual e municipal.

# Controle de Constitucionalidade

## PROVA AGU 2012/CESPE (QUESTOES DE CERTO OU ERRADO).

Com relação à ADI e à ADIO, julgue os itens subsecutivos.

3. Considere a seguinte situação hipotética. Foi ajuizada ADI no STF contra lei estadual por contrariedade a dispositivo expresso na CF. Porém, antes do julgamento da ação, o parâmetro de controle foi alterado, de modo a tornar a norma impugnada consentânea com o dispositivo constitucional. Nessa situação hipotética, admite-se, de acordo com recente jurisprudência do STF, a denominada constitucionalidade superveniente, devendo, portanto, ser afastada a aplicação do princípio da contemporaneidade e julgada improcedente a ação.

4. O atual posicionamento do STF admite a fungibilidade entre a ADI e a ADIO.

Julgue os itens que se seguem com base na legislação de regência e na jurisprudência acerca das ações diretas no controle concentrado de constitucionalidade ajuizadas perante o STF.

5. Assim como ocorre na ADC e na ADI, ato normativo já revogado não pode ser objeto de ADPF.

6. Ao contrário da ADC, a ADPF não exige a demonstração de controvérsia judicial relevante.

# Controle de Constitucionalidade

## PROVA AGU 2010/CESPE (QUESTÕES DE CERTO OU ERRADO)

Acerca do controle de constitucionalidade no Brasil, julgue os itens que se seguem.

7. É possível a declaração de inconstitucionalidade de norma constitucional originária incompatível com os princípios constitucionais não escritos e os postulados da justiça, considerando-se a adoção, pelo sistema constitucional brasileiro, da teoria alemã das normas constitucionais inconstitucionais.
8. É admissível o controle de constitucionalidade de emenda constitucional antes mesmo de ela ser votada, no caso de a proposta atentar contra cláusula pétrea, sendo o referido controle feito por meio de mandado de segurança, que deve ser impetrado exclusivamente por parlamentar federal.
9. A declaração de inconstitucionalidade de uma norma pelo STF acarreta a repristinação da norma anterior que por ela havia sido revogada, efeito que pode ser afastado, total ou parcialmente, por decisão da maioria de 2/3 dos membros desse tribunal, em decorrência de razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social.



# Controle de Constitucionalidade

## PROVA AGU 2010/CESPE (QUESTÕES DE CERTO OU ERRADO)

**10.** De acordo com entendimento do STF, a decisão declaratória de inconstitucionalidade de determinada lei ou ato normativo não produzirá efeito vinculante em relação ao Poder Legislativo, sob pena de afronta à relação de equilíbrio entre o tribunal constitucional e o legislador.

Com relação ao poder constituinte e ao controle de constitucionalidade de normas, julgue os itens seguintes.

**11.** O poder constituinte originário esgota-se quando é editada uma constituição, razão pela qual, além de ser inicial, incondicionado e ilimitado, ele se caracteriza pela temporariedade.

**12.** A decisão de mérito proferida pelo STF no âmbito de ação declaratória de constitucionalidade produz, em regra, efeitos ex nunc e vinculantes para todos os órgãos do Poder Executivo e demais órgãos do Poder Judiciário.

**13.** Na arguição de descumprimento de preceito fundamental, a decisão exarada produz efeito vinculante, que, em sua dimensão objetiva, abrange não só a parte dispositiva, mas também os fundamentos determinantes da decisão.

**14.** Segundo entendimento do STF, é possível a utilização da técnica da modulação ou limitação temporal dos efeitos de decisão declaratória de inconstitucionalidade no âmbito do controle difuso de constitucionalidade.

# Controle de Constitucionalidade

## PROVA AGU 2010 (Procurador Federal)/CESPE (QUESTÕES DE CERTO OU ERRADO)

Julgue os itens subsequentes, relativos ao poder constituinte e ao controle de constitucionalidade no Brasil.

**15.** De acordo com entendimento do STF, o controle jurisdicional prévio ou preventivo de constitucionalidade sobre projeto de lei ainda em trâmite somente pode ocorrer de modo incidental, na via de exceção ou defesa.

**16.** A doutrina destaca a possibilidade de apuração de questões fáticas no controle abstrato de constitucionalidade, já que, após as manifestações do advogado-geral da União e do procurador-geral da República, pode o relator da ADI ou da ação declaratória de constitucionalidade requisitar informações adicionais ou mesmo designar perito para o esclarecimento de matéria ou circunstância de fato.

**17.** No que se refere ao poder constituinte originário, o Brasil adotou a corrente jusnaturalista, segundo a qual o poder constituinte originário é ilimitado e apresenta natureza pré-jurídica.

# Controle de Constitucionalidade

## PROVA AGU 2010 (Procurador Federal)/CESPE (QUESTÕES DE CERTO OU ERRADO)

No que concerne ao controle concentrado de constitucionalidade, julgue os seguintes itens.

**18.** Para o STF, o indeferimento da medida cautelar na ADI não significa confirmação da constitucionalidade da lei com efeito vinculante.

**19.** No processo objetivo de controle de constitucionalidade, o amicus curiae tem legitimidade para interpor recurso nas mesmas hipóteses facultadas ao titular da ação.

# Controle de Constitucionalidade

## PROVA AGU 2004 /CESPE (QUESTÕES DE CERTO OU ERRADO)

Julgue os itens subsequentes, relativos à evolução histórica do controle de constitucionalidade no sistema brasileiro, à ação direta de inconstitucionalidade, à ação declaratória de constitucionalidade e à arguição de descumprimento de preceito fundamental.

**20.** A ação direta de inconstitucionalidade proposta por um partido político será extinta por perda de legitimidade ativa para a sua propositura, se, após iniciado o seu julgamento, o referido partido perder sua representação parlamentar no Congresso Nacional.

**21.** O controle de constitucionalidade pela via de exceção constou da Constituição de 1891; por sua vez, a ação direta de inconstitucionalidade foi inserida no ordenamento jurídico brasileiro por meio de emenda constitucional à Constituição de 1946.

**22.** A arguição de descumprimento de preceito fundamental comporta uma arguição direta ou autônoma de descumprimento de preceito fundamental, que pode revestir-se de caráter preventivo ou repressivo.

**23.** Deve haver a manifestação do Advogado-Geral da União nas ações declaratórias de constitucionalidade, em virtude da possibilidade de declaração, nessas ações, da inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo federal.

# Controle de Constitucionalidade

## PROVA AGU 2002/CESPE (QUESTÕES DE CERTO OU ERRADO)

A Constituição da República de 1824, por influência dos franceses, que, naquele momento histórico, pregavam a supremacia da lei e do legislador, não contemplava a possibilidade do controle judicial de constitucionalidade das leis. Nesse sentido, os doutrinadores brasileiros da época, traduzindo esse pensamento, ensinavam que apenas o Poder Legislativo, e nenhum outro, tinha o direito de interpretar as leis, suas vontades e seus fins. No decorrer dos quase 180 anos que se seguiram, essa concepção mudou radicalmente, e o Brasil possui, atualmente, um complexo sistema de controle jurisdicional de constitucionalidade. A respeito da evolução histórica desse controle no Brasil, julgue os itens que se seguem.

**24.** Com a instauração da República, concedeu-se aos juízes e tribunais brasileiros, estaduais e federais, o poder jurídico de verificar a conformidade das leis à Constituição da República.

**25.** A Constituição da República de 1934 introduziu mudanças significativas no sistema de controle de constitucionalidade das leis, entre as quais a competência do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados para suspender a execução, no todo ou em parte, de qualquer lei ou ato, deliberação ou regulamento, quando declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), emprestando-lhe efeito erga omnes.

**26.** A Constituição da República de 1937, apesar de prever em seu texto quorum especial dos tribunais para a declaração de inconstitucionalidade, consagrou princípio autoritário segundo o qual, no caso de uma lei ser declarada inconstitucional, se o presidente da República a considerasse necessária ao bem-estar social ou à proteção de interesse nacional relevante, poderia submetê-la novamente à apreciação do Parlamento.

**27.** A Constituição da República de 1946 ampliou as hipóteses de representação de inconstitucionalidade, prevista inicialmente na Constituição da República de 1934, manteve a titularidade da representação com o procurador-geral da República e subordinou a intervenção à declaração, pelo STF, da inconstitucionalidade do ato arguido.

**28.** O controle abstrato da constitucionalidade de normas mediante a representação de inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo foi instituído no Brasil pela Constituição da República de 1967.

# Controle de Constitucionalidade

## PROVA AGU 2002/CESPE (QUESTÕES DE CERTO OU ERRADO)

No Brasil atual, convivem dois sistemas de controle judicial de constitucionalidade das leis. O controle difuso, ou por via de exceção, e o controle concentrado e abstrato, ou por via de ação direta. Este último é atribuição exclusiva do STF e tem por finalidade a obtenção da declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade do ato normativo, visando à segurança das relações jurídicas e à defesa da Constituição da República. Acerca do sistema atual de controle concentrado e abstrato de constitucionalidade, julgue os itens seguintes.

**29.** A ação direta de inconstitucionalidade por omissão visa à expedição de medida para tornar efetiva a norma constitucional, podendo a omissão ser total ou parcial, importando a procedência da ação no reconhecimento, pelo STF, da inércia do poder público, não cabendo ao STF suprir a omissão, mas antes cientificar o poder inadimplente para que adote as providências necessárias à concretização do texto constitucional.

**30.** É requisito essencial à ação declaratória de constitucionalidade a comprovação de controvérsia judicial relevante sobre a aplicação da lei ou ato normativo objeto da ação, que tanto pode ser de origem federal ou estadual. As decisões do STF nessas ações produzem eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo.

**31.** O controle concentrado de constitucionalidade aplica-se, em regra, a atos normativos posteriores à promulgação da Constituição da República; contudo, a jurisprudência do STF não veda a declaração de inconstitucionalidade de atos normativos anteriores à Constituição da República.

**32.** Segundo a jurisprudência do STF, é possível o controle de constitucionalidade de normas constitucionais originárias frente às chamadas cláusulas pétreas, de modo a garantir a observância dos princípios constitucionais mais relevantes inscritos nessas cláusulas.

**33.** Nos termos da jurisprudência do STF, os atos e tratados internacionais incorporados formalmente ao direito brasileiro estão sujeitos ao controle concentrado de constitucionalidade.

## Controle de Constitucionalidade (10 questões)

2. (**PFN 2012/ESAF**). Sobre o sistema brasileiro de controle concentrado de constitucionalidade, é incorreto afirmar que:

A) na ação direta de inconstitucionalidade, é admissível a impugnação de decretos executivos quando estes representem atos de aplicação primária da Constituição.

B) a ação declaratória de constitucionalidade pode ser proposta por confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

C) compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originalmente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.

D) quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de lei ou ato normativo, citará, previamente, Advogado da União ou Procurador da Fazenda Nacional, conforme a natureza da matéria, que se manifestará sobre o ato ou texto impugnado.

E) o Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá, dentre outros, efeito vinculante em relação aos demais do Poder Judiciário.

## Controle de Constitucionalidade (10 questões)

3. **(PFN 2006/ESAF)**. Assinale a opção correta.

A) É inviável o controle de constitucionalidade de norma já revogada.

B) É impossível que se entenda devido qualquer efeito de uma lei declarada inconstitucional.

C) Por meio da técnica da inconstitucionalidade por arrasto, o Supremo Tribunal Federal, em sede de controle abstrato, estende os efeitos da inconstitucionalidade declarada de uma lei a outros diplomas legislativos de igual teor, mesmo que não tenham sido objeto explícito de impugnação na demanda.

D) É possível o controle de constitucionalidade em abstrato, pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de recurso extraordinário, de norma municipal.

E) Os órgãos fracionários de tribunais de segundo grau não podem declarar a inconstitucionalidade de uma norma ordinária, mas podem, sem declarar explicitamente a inconstitucionalidade, afastar a incidência da norma ordinária pertinente à lide, para decidir essa mesma lide sob critérios diversos que estimem extraídos da Constituição.



## Controle de Constitucionalidade (10 questões)

4. **(PFN 2006/ESAF)**. Suponha que tenha havido a propositura de uma representação de inconstitucionalidade de lei de um certo Estado-membro perante o respectivo Tribunal de Justiça. Pouco mais adiante, e antes do julgamento da representação, o Procurador-Geral da República deduz uma ação direta de inconstitucionalidade contra essa mesma lei, perante o Supremo Tribunal Federal. Assinale a opção correta.

A) Fica caracterizado, no problema, o fenômeno da litispendência, cabendo ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar ambas as ações.

B) A representação deverá ser tida como prejudicada antes mesmo da decisão do Supremo Tribunal Federal.

C) O Supremo Tribunal Federal somente deverá julgar a ação direta de inconstitucionalidade se o Tribunal de Justiça, antes, julgar improcedente a representação.

D) O Tribunal de Justiça somente poderá julgar a representação depois do Supremo Tribunal Federal apenas se este não conhecer da ação direta de inconstitucionalidade.

E) Mesmo que o Supremo Tribunal Federal julgue improcedente a ação direta de inconstitucionalidade, não será impossível ao Tribunal de Justiça declarar a inconstitucionalidade da mesma lei.

## Controle de Constitucionalidade (10 questões)

5. **(PFN 2006/ESAF)**. De modo geral, a decisão do Supremo Tribunal Federal declarando a inconstitucionalidade de lei em ação direta de inconstitucionalidade começa a produzir todos os seus efeitos:

- A) desde o trânsito em julgado da decisão.
- B) desde a publicação do acórdão, com a respectiva ementa, no Diário de Justiça.
- C) desde a data da publicação da ata da sessão de julgamento.
- D) desde o dia mesmo do julgamento da ação.
- E) no primeiro dia útil seguinte ao do julgamento da ação.

## Controle de Constitucionalidade (10 questões)

6. **(PFN 2006/ESAF)**. Suponha que o Supremo Tribunal Federal tenha declarado a inconstitucionalidade de uma lei federal, ao julgar um mandado de segurança. Diante disso, assinale a opção correta.

A) Essa declaração de inconstitucionalidade, mesmo não tendo eficácia erga omnes, apresenta efeito vinculante para todos os órgãos do Judiciário.

B) Se um juiz de primeira instância julgar uma causa afirmando válida a lei, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal para preservar a autoridade da sua decisão.

C) Caberá à Câmara dos Deputados suspender os efeitos da lei, para que, então, a decisão do Supremo Tribunal Federal ostente efeitos erga omnes.

D) O órgão fracionário do tribunal de segunda instância, deparando-se com a mesma arguição de inconstitucionalidade do diploma, não deverá suscitar o incidente de inconstitucionalidade, mas deverá simplesmente aplicar a decisão de inconstitucionalidade proferida pelo Supremo Tribunal Federal.

E) Contra a decisão da Suprema Corte, cabe o ajuizamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, no prazo próprio da impetração de mandado de segurança.

## Controle de Constitucionalidade (10 questões)

7. **(AUDITOR FISCAL DA RFB 2014/ESAF)**. Sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), é correto afirmar que:
- A) a decisão do Supremo Tribunal Federal, acolhendo-a, deverá ser posteriormente comunicada ao Senado Federal, que, por maioria absoluta, poderá suspender a execução, no todo ou em parte, do ato ou texto impugnado objeto da decisão.
  - B) ela somente será admitida se não houver outro meio eficaz de sanar a lesividade.
  - C) passou a integrar a Constituição Federal a partir da Emenda Constitucional n. 45/04, Reforma do Judiciário.
  - D) ao proferir decisão, acolhendo-a, o juiz de primeiro grau está obrigado a remeter a decisão para ser confirmada pelo Supremo Tribunal Federal, considerando que se trata de uma das competências recursais do STF.
  - E) é um dos instrumentos utilizados e admitidos pelo Supremo Tribunal Federal para obstar a tramitação do processo legislativo quando eivado de inconstitucionalidade.

## Controle de Constitucionalidade (10 questões)

8. **(AUDITOR FISCAL DA RFB 2012/ESAF)**. O controle de constitucionalidade das leis é um dos mais importantes instrumentos da manutenção da supremacia da Constituição. Por essa razão é adotado, com algumas variações, pela grande maioria dos países democráticos. Com relação ao controle de constitucionalidade, pode-se afirmar que:

- A) o controle difuso caracteriza-se por possibilitar a um número amplo de interessados impugnar a constitucionalidade de uma norma perante um único tribunal.
- B) o controle abstrato permite que um grupo restrito de pessoas impugne uma determinada norma, desde que fundamentado em um caso concreto, perante qualquer tribunal.
- C) o controle concentrado decorre de construção normativa de Hans Kelsen e a primeira Constituição a incorporá-lo foi a Constituição Alemã de 1919, também conhecida como Constituição de Weimar.
- D) o Brasil adota o controle difuso e o abstrato desde a Constituição Federal de 1891.
- e) o controle difuso é fruto de construção jurisprudencial da Suprema Corte dos Estados Unidos, embora alguns autores defendam que decisões anteriores já indicavam a possibilidade de o Judiciário declarar uma norma contrária à Constituição.

## Controle de Constitucionalidade (10 questões)

9. **(AUDITOR FISCAL DA RFB 2012/ESAF)**. Assinale a opção correta.

- A) O controle de constitucionalidade concentrado, abstrato, pode ser deflagrado mediante o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade perante o STF, o STJ ou qualquer um dos Tribunais de Justiça dos Estados.
- B) Comporta exceções a regra geral que na declaração judicial de inconstitucionalidade de um ato normativo a decisão tem efeito ex tunc.
- C) A Comissão de Constituição e Justiça do Senado tem legitimidade para ajuizar Ação Direta de Inconstitucionalidade.
- D) O controle difuso foi introduzido no Direito Constitucional brasileiro com a Constituição de 1988.
- e) Nas decisões proferidas nas ações diretas de inconstitucionalidade, ao declarar a inconstitucionalidade de uma norma, o STF deve submeter sua decisão ao crivo do Senado Federal.

## Controle de Constitucionalidade (10 questões)

10. **(AUDITOR FISCAL DO TRABALHO 2010/ESAF)**. Sabe-se que a Constituição Federal sofre controle de diversas formas. Acerca do controle constitucional, é correto afirmar que:
- A) é admitida a concessão de liminar em Ação Direta de Inconstitucionalidade, por omissão.
  - B) o ajuizamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade não se sujeita a prazos prescricional ou decadencial, vez que atos inconstitucionais não são suscetíveis de convalidação pelo decurso do tempo.
  - C) o procedimento a ser seguido pela Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão não é o mesmo da ação de inconstitucionalidade genérica.
  - D) a Ação Direta de Inconstitucionalidade, em face de sua natureza e finalidade especial, é suscetível de desistência a qualquer tempo.
  - E) na Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão é obrigatória a oitiva do Advogado-Geral da União, tendo em vista que qualquer ato impugnado deve ser defendido.

# Organização dos Poderes (25 questões)

1. (**PFN 2012/ESAF**). Sobre a organização constitucional do Poder Legislativo, é incorreto afirmar:

A) que, salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa do Congresso Nacional e de suas comissões serão tomadas por maioria absoluta de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

B) é da competência exclusiva do Congresso Nacional, dispensada a sanção presidencial, autorizar o Presidente da República a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar.

C) que a Câmara dos Deputados, ou qualquer de suas comissões, poderá convocar Ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assuntos previamente determinados, ou, ainda, a Mesa da Câmara dos Deputados poderá encaminhar pedidos escritos de informação a Ministro de Estado, para adequado atendimento, sob pena de crime de responsabilidade, no prazo de trinta dias.

D) que ao Senado Federal compete privativamente processar e julgar, nos crimes de responsabilidade, o Advogado-Geral da União.

E) que os deputados e senadores não poderão, desde a expedição do diploma, firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.



## Organização dos Poderes (25 questões)

2. (**PFN 2012/ESAF**). Sobre a organização constitucional do Poder Executivo, é correto afirmar que:
- A) em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente da República, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal, o do Supremo Tribunal Federal e o do Superior Tribunal de Justiça.
  - B) compete privativamente ao Presidente da República editar medidas provisórias com força de lei e dispor, mediante decreto autônomo, sobre organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa além dos limites fixados na corrente lei de diretrizes orçamentárias.
  - C) compete privativamente ao Presidente da República nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e o Procurador-Geral da República, bem assim, dispensada a aprovação pelo Senado Federal, o Advogado-Geral da União e os juízes que compõem os Tribunais Regionais Federais.
  - D) são crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que provejam cargos públicos federais.
  - E) compete ao Ministro de Estado, além de outras atribuições previstas na Constituição Federal e nas leis, retificar os atos e decretos assinados pelo Presidente da República.

## Organização dos Poderes (25 questões)

3. (**PFN 2012/ESAF**). Sobre a organização constitucional do Poder Judiciário, é incorreto afirmar que:
- A) compete à lei complementar de iniciativa do Supremo Tribunal Federal dispor sobre o estatuto da magistratura, observado, dentre outros, o princípio da publicidade dos julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário, inclusive quanto às sessões administrativas e ressalvadas as situações previstas em lei em favor da preservação do direito à intimidade das partes ou de alguma delas.
  - B) compete privativamente aos tribunais elaborar seus regimentos internos e propor a criação de novas varas judiciárias.
  - C) os pagamentos devidos pela Fazenda Pública Federal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.
  - D) compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.
  - E) compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso especial, as causas decididas em única ou última instância pelos juizados especiais federais quando a decisão recorrida der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro juizado especial federal.

## Organização dos Poderes (25 questões)

4. (**PFN 2012/ESAF**). Sobre a organização constitucional da Advocacia-Geral da União, é correto afirmar que:

A) a Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Legislativo.

B) na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei.

C) a Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

D) o ingresso nas classes iniciais das carreiras da Advocacia-Geral da União far-se-á, salvo no caso de reaproveitamento de advogados integrantes dos quadros funcionais de autarquias ou fundações extintas, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

E) a Advocacia-Geral da União é a instituição que representa judicialmente a União perante o Supremo Tribunal Federal, salvo na matéria tributária onde esta representação cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

# Organização dos Poderes (25 questões)

5. **(PFN 2007/ESAF)**. Considerem-se as seguintes formulações:

A) compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal;

B) cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais, em face da Constituição estadual, vedada a atribuição de legitimação para agir a um único órgão;

C) compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal e a ação declaratória de lei ou ato normativo federal, estadual e municipal;

D) cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais e municipais e de declaração de constitucionalidade de leis ou atos normativos municipais, em face da Constituição estadual, vedada a atribuição de legitimação para agir a um único órgão;

E) compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal. As cinco opções de resposta a seguir indicam, para cada uma das formulações acima, com idêntica correspondência de letras, ou que a resposta é “certa” ou que a resposta é “errada”. Assinale a única opção correta, das cinco possíveis, independentemente de essa opção correta poder indicar que “a formulação sob a letra tal, acima, está certa ou errada”.

A) A formulação, sob a letra “A”, está certa.

B) A formulação, sob a letra “D”, está errada.

C) A formulação, sob a letra “C”, está errada.

D) A formulação, sob a letra “B”, está certa.

E) A formulação, sob a letra “E”, está certa.

## Organização dos Poderes (25 questões)

6. **(PFN 2007/ESAF)**. Das opções abaixo, assinale a única incorreta.

A) Nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade, as decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, têm eficácia contra todos e têm efeito vinculante aos órgãos do Poder Judiciário, bem assim à administração pública direta e indireta, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

B) Na apreciação da inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou de ato normativo, o Supremo Tribunal Federal – STF cita o Advogado-Geral da União, previamente, para que este defenda o ato ou o texto impugnado, cabendo ao Procurador-Geral da República ser ouvido, previamente, nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do STF.

C) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

D) A lei criará varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas que não forem abrangidas por sua jurisdição, atribuí-las aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho.

E) Os conflitos de competência entre quaisquer tribunais, entre tribunal e juízes a ele não vinculados e entre juízes vinculados a tribunais diversos se enquadram na competência originária do Superior Tribunal de Justiça – STJ, para processá-los e julgá-los, exceto aqueles que se estabeleçam entre o STJ e quaisquer tribunais, ou entre Tribunais Superiores, ou, ainda, entre estes e qualquer outro tribunal, cuja competência para dirimi-los, não-originariamente, é do Supremo Tribunal Federal.

## Organização dos Poderes (25 questões)

7. **(PFN 2007/ESAF)**. Das formulações abaixo, assinale a que não abrange matéria de natureza constitucional.

A) Funcionará junto ao Tribunal Superior do Trabalho a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, cabendo-lhe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira.

B) A Escola Superior da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, denominada Escola Superior da PGFN, é órgão do Gabinete do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, com cargos de direção privativos de membros da carreira de Procurador da Fazenda Nacional, devendo a escolha recair, preferencialmente, em Procuradores com experiência comprovada no ensino superior.

C) O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, cabendo ouvir as comunidades afetadas, a elas assegurada participação nos resultados da lavra.

D) A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

E) A vedação a que os entes dotados do poder de tributar instituam impostos sobre o patrimônio, a renda ou os serviços, uns dos outros, consiste em imunidade tributária, denominada, tecnicamente, “imunidade recíproca”.

## Organização dos Poderes (25 questões)

8. **(PFN 2007/ESAF)**. Assinale a opção correta.

- A) A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União judicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico ao Poder Executivo.
- B) Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e extrajudicial, a consultoria e a assessoria jurídicas das respectivas unidades federadas.
- C) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República, após arguição pública e aprovação pelo Senado Federal, dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- D) O ingresso nas classes iniciais das carreiras da Advocacia-Geral da União far-se-á mediante concurso público de provas e títulos.
- E) O ingresso nas classes iniciais das carreiras da Advocacia-Geral da União far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil na última fase.

## Organização dos Poderes (25 questões)

9. **(PFN 2007/ESAF)**. Compete à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, expressamente nos termos da Constituição, que, no caso da norma que contém a resposta certa a esta questão da prova, também determina a observância do seu comando ao disposto em lei:

A) a representação da União na execução da dívida ativa de natureza tributária, no exercício de função essencial à Justiça.

B) a representação judicial e extrajudicial da União na execução da dívida ativa de natureza tributária e não-tributária, no exercício ou não de função essencial à Justiça.

C) a representação da União na execução da dívida ativa e consolidada de natureza tributária, no exercício ou não de função essencial à Justiça.

D) a representação judicial da União na execução da dívida interna de natureza tributária ou não-tributária, no exercício de função essencial à Justiça.

E) a representação judicial da União na execução da dívida ativa de natureza tributária e não-tributária, no exercício de função essencial à Justiça.



## Organização dos Poderes (25 questões)

10. **(PFN 2007/ESAF)**. Em relação à questão anterior (9), a opção de resposta correta tem base em redação de norma constitucional, cuja aplicabilidade, de acordo com uma das mais conhecidas, divulgadas e utilizadas classificações das normas constitucionais, implica distingui-las pela sua eficácia. Sendo assim, no caso da opção de resposta correta à mencionada questão 09, a norma constitucional correspondente é classificada como sendo:

- A) de eficácia plena.
- B) de eficácia limitada.
- C) de eficácia suplementar.
- D) de eficácia complementar.
- E) de eficácia contida.

# Organização dos Poderes (25 questões)

11. **(PFN 2007/ESAF)**. Das formulações redacionais abaixo, marque aquela que corresponde aos exatos termos de norma vigente da Constituição da República Federativa do Brasil:

A) o sistema financeiro nacional, estadual, distrital ou municipal será estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, e será regulado por leis complementares de cada ente federado, que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.

B) é facultativa a inclusão, no orçamento das entidades de direito público e privado, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

C) a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e a qualquer cidadão, na forma e nos casos previstos nesta Constituição, não sendo obrigatória a observância da ordem aqui estabelecida.

D) podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade: o Presidente da República; a Mesa do Senado Federal; a Mesa da Câmara dos Deputados; a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; o Governador de Estado ou do Distrito Federal; o Procurador-Geral da República; o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; e partido político com representação no Congresso Nacional.

E) à exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

## Organização dos Poderes (25 questões)

12. **(PFN 2006/ESAF)**. Assinale a opção correta.

- A) A interpretação conforme a Constituição consiste em procurar extrair o significado de uma norma da Lei Maior a partir do que dispõem as leis ordinárias que preexistiam a ela.
- B) A liberdade de expressão está entre os direitos fundamentais absolutos da Constituição em vigor.
- C) Normas constitucionais de eficácia restringida não apresentam eficácia jurídica alguma senão depois de desenvolvidas pelo legislador ordinário.
- D) O Advogado-Geral da União deve necessariamente participar dos processos de ação direta de inconstitucionalidade e de ação direta de inconstitucionalidade por omissão, na qualidade de curador da presunção de constitucionalidade das leis.
- E) Uma norma constitucional programática pode servir de paradigma para o exercício do controle abstrato de constitucionalidade.

## Organização dos Poderes (25 questões)

13. **(PFN 2006/ESAF)**. Assinale a opção correta.

- A) No Direito Brasileiro, considera-se impossível que uma norma inserida na Constituição possa ser tida como inconstitucional.
- B) Os Estados-membros não estão impedidos de adotar o instrumento legislativo das medidas provisórias em tema relacionado com direito tributário.
- C) Medida provisória constitui, hoje, instrumento apto para o estabelecimento de causas de extinção de punibilidade em virtude de pagamento de tributo sonegado.
- D) O princípio da separação dos poderes impede que o Ministério Público investigue fatos que possam consistir em crimes contra a ordem tributária, antes de que investigação, com igual objeto, por parte da Receita Federal, esteja concluída.
- E) O princípio da separação dos poderes não constitui obstáculo a que os Estados-membros adotem a solução parlamentarista no desenho da repartição de poderes da sua constituição estadual.

## Organização dos Poderes (25 questões)

14. **(PFN 2006/ESAF)**. Assinale a opção correta.

- A) As normas constantes do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias são insuscetíveis de revogação.
- B) Consolidou-se o entendimento de que o Presidente da República não dispõe de foro por prerrogativa de função para responder a ação por crime de responsabilidade.
- C) Incumbe ao Supremo Tribunal Federal o julgamento de representação do Procurador-Geral da República para intervenção federal no caso de recusa de execução de lei federal por parte de Estado-membro.
- D) Verificado que o legislador tratou desigualmente situações desiguais fica desautorizado todo argumento de ofensa ao princípio da isonomia.
- E) Princípio da legalidade e reserva de parlamento são expressões sinônimas no constitucionalismo brasileiro.

## Organização dos Poderes (25 questões)

15. **(PFN 2006/ESAF)**. Suponha que o Congresso Nacional aprove lei, de iniciativa de Deputado Federal, que reduz alíquota do Imposto de Renda de Pessoas Físicas. O Presidente da República sanciona o projeto. Mais tarde, percebe que a lei é ruínosa e ouve seus conselheiros jurídicos que lhe dizem:

1. Houve vício de iniciativa na elaboração da lei.
2. O Presidente da República não pode provocar o Supremo Tribunal Federal a exercer o controle de constitucionalidade sobre a lei, porque sancionou o projeto.
3. O Presidente da República pode, desde que se atenha ao prazo de veto de que dispõe constitucionalmente, voltar atrás na sanção e vetar o projeto.
4. Tendo o Presidente da República sancionado a lei, toda discussão sobre eventual invasão da sua iniciativa privativa fica prejudicada, já que, qualquer que seja o caso, a sanção supre o vício de iniciativa.

Assinale a opção correta.

- A) Todas as afirmações estão corretas.
- B) Apenas uma das afirmações está correta.
- C) Apenas duas das afirmações estão corretas.
- D) Apenas três das afirmações estão corretas.
- E) Nenhuma das afirmações está correta.

## Organização dos Poderes (25 questões)

16. **(PFN 2006/ESAF)**. Assinale a opção correta.

- A) A Procuradoria da Fazenda Nacional tem por autoridade hierárquica máxima o Ministro de Estado da Fazenda.
- B) As Casas Legislativas da União ou dos Estados-membros têm os seus direitos e prerrogativas defendidos em juízo pela Advocacia da União e pelas Procuradorias Estaduais, respectivamente, sendo-lhes vedado criar procuradorias próprias que as represente em juízo.
- C) A Constituição de um Estado-membro não pode conferir autonomia funcional, administrativa e financeira à Procuradoria-Geral do seu Estado.
- D) Os membros da Advocacia da União, depois de adquirida a estabilidade, gozam das mesmas garantias dos membros também estáveis do Ministério Público da União.
- E) Constitui função institucional privativa do Ministério Público a propositura de ação civil pública para a defesa do patrimônio público.

## Organização dos Poderes (25 questões)

17. (**AUDITOR FISCAL DA RFB 2014/ESAF**). Sobre o Conselho Nacional de Justiça, é correto afirmar que:

- A) seus integrantes são oriundos de cada um dos Poderes da República, sem exceção.
- B) sua criação decorre de manifestação do Poder Constituinte Originário.
- C) a Constituição Federal assegura ao Advogado-Geral da União a prerrogativa de manifestação nas suas sessões.
- D) o Supremo Tribunal Federal afastou as alegações de inconstitucionalidade relativas à sua criação.
- E) nas ações diretas de inconstitucionalidade sob sua análise, a inconstitucionalidade será declarada pela maioria absoluta dos seus membros.



## Organização dos Poderes (25 questões)

18. (**AUDITOR FISCAL DA RFB 2014/ESAF**). Sobre o Ministério Público, é correto afirmar que:

- A) compete privativamente ao Presidente da República propor a exoneração do Procurador-Geral da República antes do término do seu mandato.
- B) o Ministério Público dos Estados vincula-se ao Ministério Público da União em razão do princípio constitucional da indivisibilidade.
- C) a decretação de estado de defesa requer análise prévia do Procurador-Geral da República, considerando a excepcionalidade da medida.
- D) ao ser promulgada, a Constituição Federal facultou aos Procuradores da República o direito de optar, nos termos da lei complementar, de forma irretratável, entre as carreiras do Ministério Público Federal e da Advocacia-Geral da União.
- E) é da competência exclusiva do Congresso Nacional, por decisão de maioria absoluta, a exoneração do Procurador-Geral da República antes do término do seu mandato.

## Organização dos Poderes (25 questões)

19. (**AUDITOR FISCAL DA RFB 2014/ESAF**). Sobre o processo legislativo, assinale a opção correta.

- A) A Medida Provisória não sofre qualquer limitação de ordem material.
- B) A discussão e deliberação sobre pedido de autorização de lei delegada será suspensão durante intervenção federal.
- C) É da competência privativa do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e dos Tribunais de Justiça proporem ao Poder Legislativo a criação ou extinção dos tribunais inferiores.
- D) São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis sobre relações internacionais da República Federativa do Brasil.
- E) Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado, ressalvada a hipótese de Medida Provisória em vigor e existência de Proposta de Emenda à Constituição, que serão automaticamente colocadas na pauta de convocação.

## Organização dos Poderes (25 questões)

20. **(AUDITOR FISCAL DA RFB 2014/ESAF)**. O Comandante da Marinha praticou ato administrativo, no âmbito de sua competência, que ensejou irresignação por parte de alguns destinatários do ato. Um deles, cidadão comum, sem qualquer prerrogativa de foro especial, resolveu impetrar mandado de segurança que foi negado pelo órgão judiciário competente para julgar o referido mandado. Simultaneamente esse mesmo cidadão, autor do mandado de segurança, foi objeto de outra decisão judicial que lhe foi desfavorável, em outra ação, proposta por organismo internacional. Ele resolveu recorrer.

Considerando o enunciado, assinale a opção correta, atendo-se à competência dos juízes e tribunais estabelecida na Constituição Federal.

- A) Compete ao Tribunal Regional Federal julgar o mandado de segurança. A competência para julgar o recurso contra a decisão favorável ao organismo internacional é do Supremo Tribunal Federal.
- B) Compete a juiz federal julgar o mandado de segurança. A competência para julgar o recurso contra a decisão favorável ao organismo internacional é do Supremo Tribunal Federal.
- C) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar o mandado de segurança. A competência para julgar o recurso contra a decisão favorável ao organismo internacional é também do Superior Tribunal de Justiça.
- D) Compete ao Superior Tribunal Militar julgar o mandado de segurança. A competência para julgar o recurso contra a decisão favorável ao organismo internacional é do Tribunal Regional Federal.
- E) Compete a juiz federal julgar o mandado de segurança. A competência para julgar o recurso contra a decisão favorável ao organismo internacional é do Superior Tribunal Militar.

## Organização dos Poderes (25 questões)

21. **(AUDITOR FISCAL DA RFB 2012/ESAF)**. Uma Assembleia Legislativa de um dos Estados da Federação brasileira acolheu proposta de um dos seus deputados e emendou a Constituição Estadual, estabelecendo que o governador do Estado, na hipótese de viagem ao exterior, necessitaria de autorização prévia do Legislativo estadual, sempre que esse deslocamento ao exterior ultrapassasse o prazo de 7 (sete) dias. Considerando o enunciado, assinale a opção correta.
- A) A emenda implementada na Constituição estadual é constitucional sob qualquer ponto de vista, inclusive porque, dentro da autonomia legislativa do Estado, em alterar sua própria Constituição.
  - B) A emenda é constitucional no âmbito da autonomia estadual, entretanto, somente pode ser considerada efetiva após a sanção do governador do Estado, considerando que sem ela o processo legislativo não se completa.
  - C) A emenda é inconstitucional porque a Proposta de Emenda não poderia ser de autoria do deputado, e sim do governador, na medida em que se trata de tema que diz respeito a essa autoridade.
  - D) A emenda é inconstitucional porque contraria o princípio da simetria constitucional, estabelecendo norma mais rígida do que aquela que a Constituição Federal estabelece para o Presidente da República, em casos de viagem ao exterior.
  - E) A emenda é inconstitucional porque viola uma cláusula pétrea comum às Constituições estaduais.

## Organização dos Poderes (25 questões)

22. (**AUDITOR FISCAL DA RFB 2012/ESAF**). O Supremo Tribunal Federal é a mais alta Corte de Justiça do país. Composta por 11 Ministros, tem sede em Brasília e jurisdição em todo o território nacional. Sobre o Supremo Tribunal Federal, é correto dizer que:

- A) seus Ministros devem ser escolhidos entre brasileiros natos, com mais de 35 e menos de 65 anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada. A indicação cabe ao Presidente da República, que a submete à Câmara dos Deputados e em seguida ao Senado Federal.
- B) como instância máxima do Judiciário brasileiro, somente tem competência originária.
- C) seus Ministros gozam da garantia da vitaliciedade após dois anos no exercício do cargo.
- D) compete-lhe processar e julgar, originariamente, os governadores de Estado nos casos de crime praticado após a posse.
- E) pode acatar o pedido de abertura de ação penal contra parlamentar sem a necessidade de autorização prévia da Câmara ou Senado, bastando que posteriormente comunique a existência da ação à Casa respectiva a que pertencer o parlamentar.

## Organização dos Poderes (25 questões)

23. **(AUDITOR FISCAL DA RFB 2012/ESAF)**. O Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional são órgãos de consulta do Presidente da República. Ambos têm composição e atribuições previstas na Constituição Federal. Sobre eles, assinale a opção correta.

A) Entre outros membros o Conselho de Defesa Nacional é composto pelo Vice-Presidente da República, pelo Presidente da Câmara dos Deputados, pelo Presidente do Senado e por seis brasileiros natos, indicados, dois pela Câmara dos Deputados, dois pelo Senado e dois pelo Presidente da República, que opinam nas hipóteses de declaração de guerra e celebração da paz.

B) O Conselho da República opina sobre intervenção federal, estado de sítio, estado de defesa, e sobre questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas bem como sobre o uso efetivo das áreas de faixa de fronteira.

C) O Conselho da República é composto pelo Vice-Presidente da República, pelo Presidente da Câmara dos Deputados, pelo Presidente do Senado e pelo Ministro da Justiça e se incumbe de opinar nos casos de pedido de asilo formulado ao Brasil.

D) O Conselho de Defesa Nacional é composto pelo Vice-Presidente da República, pelo Presidente da Câmara dos Deputados, pelo Presidente do Senado, pelo Ministro da Justiça, pelo Ministro de Estado da Defesa, entre outros, e compete-lhe opinar sobre declaração de guerra e celebração da paz.

E) Os membros do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional são julgados, em casos da prática de crime comum, pelo Supremo Tribunal Federal.

## Organização dos Poderes (25 questões)

24. **(AUDITOR FISCAL DA RFB 2012/ESAF)**. A Constituição de 1988 instituiu a Advocacia-Geral da União como órgão de defesa judicial e extrajudicial da União. Sobre essa instituição, é correto afirmar que:

- A) os membros das Carreiras que a integram gozam da prerrogativa constitucional da inamovibilidade.
- B) as Procuradorias de Estado devem seguir a orientação normativa do Advogado-Geral da União.
- C) o Advogado-Geral da União é cargo de livre nomeação do Presidente da República, atendendo os requisitos de notável saber jurídico e moral ilibada.
- D) a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional é responsável pela representação judicial das Autarquias e Fundações públicas federais.
- E) antes de sua posse, o Advogado-Geral da União é sabatinado pelo Senado Federal.

## Organização dos Poderes (25 questões)

25. (**AUDITOR FISCAL DA RFB 2012/ESAF**). O presidente, o vice-presidente e o relator de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, após minuciosa análise de documentos referentes a um dos investigados, decidiram, por unanimidade, determinar, com a finalidade de aprofundar a investigação, a quebra do sigilo bancário e fiscal desse investigado. A decisão unânime e fundamentada dos três integrantes da Comissão é

- A) legal somente no que diz respeito ao sigilo bancário.
- B) ilegal porque as decisões de CPI têm que ser tomadas pela maioria dos seus membros, considerando o caráter colegiado da Comissão, especialmente quando importem em quebra de sigilo bancário e fiscal.
- C) legal, considerando que a decisão foi unânime e fundamentada, além do que a Constituição autoriza esse tipo de procedimento.
- D) ilegal porque CPI não tem competência para determinar quebra de sigilo bancário e fiscal.
- E) ilegal porque, em se tratando de ato de CPI, relativo à quebra de sigilo, tem que ser aprovada também pelo Presidente do Congresso Nacional.